



162
1

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR:	Terceira Câmara Cível
TIPO:	Agravo de Instrumento
PROCESSO Nº:	0320749-4
AGRAVANTE:	Laudicea Lira da Costa e Outros
AGRAVADO:	Expresso Vera Cruz LTDA (Vera Cruz)
RELATOR:	Des. Itabira de Brito Filho

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. ABALROAMENTO LATERAL ENVOLVENDO CAMINHÃO E MOTOCICLETA. MANOBRAS DE INVASÃO DE CONTRAMÃO. INTERCEPTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DO MOTOCICLISTA QUE VINHA NO SENTIDO CONTRÁRIO. CULPA PATENTEADA. PERÍCIA CRIMINAL. LAUDO CONCLUSIVO. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA CONFIGURADOS. PENSÃO MENSAL. ALIMENTOS PROVISÓRIOS DEVIDOS. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DOS GENITORES. TRATAMENTO MÉDICO E PSICOLÓGICO DO GENITOR. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. As provas demonstram que o condutor do ônibus requerido realizou manobra e invadiu pista no sentido da contramão, sem o devido cuidado, colhendo a vítima, que seguia regularmente pela mesma via invadida, em sua motocicleta.
2. Comprovado que à época do evento danoso a vítima exercia atividade remunerada, somado às peculiaridades do caso concreto, possível presumir que auxiliava no sustento do lar, notadamente em se tratando de família de poucos recursos econômicos, fazendo jus os genitores ao recebimento de pensão mensal em caráter provisório, enquanto se desenvolve a produção de provas no juízo competente.
3. A exigência da irreversibilidade inserta no § 2º do art. 273 do CPC não pode ser levada ao extremo, sob pena do instituto da tutela antecipatória não cumprir a missão a que se destina.
4. Considerando os fatos e elementos constantes dos autos, plenamente razoável o provimento parcial do recurso, com o fim de atribuir efeito ativo à decisão recorrida, concedendo o pedido subsidiário de alimentos provisórios em favor dos genitores do falecido, na proporção de cinquenta por cento para cada um, do montante de um salário mínimo vigente, contados a partir da presente decisão, tendo em vista o caráter meramente antecipatório e instrumental desta concessão, conforme o pleito subsidiário, e, por fim, constituindo a obrigação da Empresa agravada em custear as despesas médicas e tratamento de saúde do genitor do falecido, no que diz às decorrências psicológicas e seus desdobramentos do fato jurídico gerador da demanda, ficando mantida a disposição que denegou o pedido de alimentos provisórios em favor dos colaterais, haja vista ausência de comprovação de relação de dependência econômica que milite em favor destes sujeitos.
5. Agravo de Instrumento conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo Regimental nº 0320749-4, figurando como Agravante Laudicea Lira da Costa e Outros e, como Agravado, Expresso Vera Cruz LTDA (Vera Cruz); Acordam os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL**, ao recurso, para concedendo o pedido subsidiário de alimentos provisórios em favor dos genitores do falecido, na proporção de cinquenta por cento para cada um, do montante de um salário mínimo vigente, contados a partir da presente decisão, tendo em vista o caráter meramente antecipatório e instrumental desta concessão, conforme o



163
1

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

pleito subsidiário, e, por fim, constituindo a obrigação da Empresa agravada em custear as despesas médicas e tratamento de saúde do genitor do falecido, no que diz às decorrências psicológicas e seus desdobramentos do fato jurídico gerador da demanda, ficando mantida a disposição que denegou o pedido de alimentos provisórios em favor dos colaterais, haja vista ausência de comprovação de relação de dependência econômica que milite em favor destes sujeitos, na forma dos votos e notas taquigráficas que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 18-06-2014


Itabira De Brito Filho
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Cível
TIPO: Agravo de Instrumento
PROCESSO Nº: 0320749-4
AGRAVANTE: Laudicea Lira da Costa e Outros
AGRAVADO: Expresso Vera Cruz LTDA (Vera Cruz)
RELATOR: Des. Itabira de Brito Filho

RELATÓRIO

Agravo de Instrumento interposto por Laudicea Lira da Costa e Outros, contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 22ª Vara Cível da Comarca de Recife, em autos de Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais e Materiais c/c Pedido de Pensão.

A ação ordinária foi proposta em decorrência da morte do filho dos requerentes. É descrito acidente viário provocado por negligência e imprudência de um funcionário da empresa Vera Cruz que conduzia veículo terrestre. Foi dito que o filho dos Agravantes, que guiava uma moto, fora surpreendido por uma manobra desastrosa, descuidada e irresponsável do Empregado da referida Empresa de Ônibus, que trafegava em sentido contrário ao da vítima. Logo, o pedido da ação ordinária se fundamenta na alegação de que a morte do filho dos agravantes teria ocorrido porque o motorista do ônibus teria agido com culpa na condução do veículo, ao entrar em rota de colisão com a moto, entrando na via contrária.

Assim, foram feitos os seguintes pleitos:

1. Liminarmente, que os demandados custeassem o tratamento médico do pai do falecido, sob pena de multa cominatória;
2. Condenação dos demandados ao pagamento de pensão em favor dos autores, equivalente ao salário recebido pelo falecido, antes de seu óbito ou, subsidiariamente, em um salário mínimo, o qual deverá ser corrigido anualmente pelos índices de lei;

Fundamentos da decisão recorrida:

1. Ausência de verossimilhança da alegação. Inexistência de comprovação de dependência econômica dos requerentes. Pólo ativo composto por diversos sujeitos, inclusive colaterais já casados;

Em suas razões o Agravante alega, em síntese:

1. Culpa exclusiva do condutor do veículo da empresa agravada;
2. Responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços, à luz do CDC, pelos atos de seus funcionários ou prepostos que causarem dano a terceiros.

Nestes termos, requer a parte Agravante que seja o presente recurso conhecido e provido para que a empresa agravada seja compelida:

1. Ao pagamento de pensão alimentícia em favor dos genitores do falecido, no mesmo patamar percebido pela vítima na ocasião de sua morte;



158

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

2. Que haja o deferimento da tutela antecipada para que os agravados paguem o tratamento de saúde do genitor do *de cujus*, sob pena de multa diária.

Recebidos os autos, foram denegados os provimentos de urgência, haja vista inadequação da medida em sede de liminar.

A parte agravada apresentou contrarrazões às folhas 135/145. Em síntese, ponderou as circunstâncias fáticas que envolvem o evento em foco, asseverando que não a autora não logrou êxito em demonstrar a sua dependência econômica em relação ao *de cujus*, motivo pelo qual seu pedido de pensionamento deve ser, de plano, julgado totalmente improcedente. Do mesmo modo, não se pode falar em fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, vez que, como bem relata a própria exordial, o genitor do falecido já enfrentava problemas psiquiátricos antes do fato, não existindo motivo para o pedido ter ocorrido no momento em que foi feito.

É o relatório,
À Pauta.

Recife, 30-04-2014.


Itabira de Brito Filho
- Desembargador Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Cível
TIPO: Agravo de Instrumento
PROCESSO Nº: 0320749-4
AGRAVANTE: Laudicea Lira da Costa e Outros
AGRAVADO: Expresso Vera Cruz LTDA (Vera Cruz)
RELATOR: Des. Itabira de Brito Filho

VOTO

A questão litigiosa se cinge em analisar dois pedidos, que versam sobre tutela condenatória, para que a empresa agravada seja compelida: ao pagamento de pensão alimentícia em favor dos genitores do falecido, no mesmo patamar percebido pela vítima na ocasião de sua morte; Que haja o deferimento da tutela antecipada para que os agravados paguem o tratamento de saúde do genitor do *de cujus*, sob pena de multa diária.

O entendimento do magistrado *a quo*, foi no sentido de que não foi comprovada a dependência econômica de alguns dos requerentes. A parte agravante limitou-se a narrar o fato, culpabilizando a empresa de transporte, mas não demonstrou o interesse em agir. Também reafirmou a inegável dor a qual foi submetida toda a família da vítima, mas que tal fato não configura *de per si* motivo suficiente a se lançar pedidos sem satisfação das condições da ação.

Pois bem. Em hipóteses de acidente de trânsito há diversas formas possíveis e cumulativas para que a vítima ou interessado busque a satisfação de seus direitos. Dentre os prejuízos a serem indenizados podem estar, por exemplo, os danos materiais, morais e estéticos.

O Código Civil em seu artigo 948 prevê, na disciplina da indenizações, o pagamento de:

"Art. 948. No caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações: I - no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família; II - na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima".

Além disso, o ordenamento civil dispõe que o réu deverá arcar com o pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e outros como despesas com táxi, veículos, combustível, entre outros.

Em resumo, o chamado "pensionamento aos familiares" implica no pagamento de pensão à vítima ou aos seus dependentes que foram prejudicados pelo evento danoso, no caso em comento, o acidente de veículo. Temos como exemplo os alimentos provisionais à viúva e aos filhos de uma vítima.

Logo, no presente recurso cabe analisar: a ocorrência do fato jurídico idôneo para gerar a pretensão dos herdeiros, a relação de dependência dos parentes indicados, a adequação e a cautela da decisão judicial em foco.



105,

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

Analisando o evento gerador da demanda, percebemos que, em 27 de abril de 2012, vinha Tiago Costa Braz conduzindo sua motocicleta e fazia o sentido Praça da Mauricéia/Avenida Recife, quando foi surpreendido por uma manobra desastrosa de Antônio Severino da Silva, empregado da empresa de ônibus Expresso Vera Cruz LTDA, que conduzia veículo desta, e que trafegava em sentido contrário ao de Tiago, fazendo o percurso Rua Jean Emile Favre, no sentido Avenida Recife/Praça da Mauricéia. Segundo apontam elementos documentais, além da narrativa dos Agravantes, a morte de Tiago teria ocorrido porque o motorista do ônibus agiu com culpa na condução do veículo, ao entrar em rota de colisão com a moto, entrando na via contrária. Observe-se fragmento do parecer no qual perito conclui, em sua análise técnica (fl. 57), o modo pelo qual transcorreu o fato jurídico em análise:

"Examinando atentamente o local, o sentido do tráfego, a sede das avarias e a posição em que foram encontrados os veículos, o perito criminal entende que o fato ocorreu quando o V1 (ônibus), que por seu condutor trafegava pela Rua Jean Emile Frave, no sentido Av. Recife/Praça da Mauricéia, no espaço compreendido entre a farmácia Sá e a Auto Escola Arco-Íres, passou para contramão e colidiu com sua região anterior angular esquerda contra a lateral esquerda do V2 (moto), que por seu condutor fazia o sentido Praça da Mauricéia/Av. Recife. Após o embate, o ônibus parou defronte da Auto Escola Arco-Íres, enquanto que a moto resultou tombada à direita defronte à farmácia Sá)).

Diante do que concluiu (fl. 58):

"Foi causa determinante do evento a passagem para contramão por parte do condutor do ônibus, fato que interrompeu o curso do condutor da moto".

Presentes os requisitos autorizadores dos efeitos da antecipação de tutela, quais sejam, a prova inequívoca acerca da verossimilhança da alegação da agravante no tocante a culpa do condutor do ônibus da empresa Agravada, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 273 do CPC), deve ser modificada a decisão que indeferiu o pedido de fixação de alimentos provisionais.

"A exigência da irreversibilidade inserta no § 2º do art. 273 do CPC não pode ser levada ao extremo, sob pena de o novel instituto da tutela antecipatória não cumprir a excelsa missão a que se destina" (STJ - 2ª Turma, REsp 144.656-ES, Rel. Min. Adhemar Maciel).

Sem resolver o mérito desta demanda, percebe este relator que ao menos os indícios de conduta culposa do motorista do ônibus militam em favor dos recorrentes, o que possibilita o reconhecimento do direito subjetivo de concessão de alimentos provisórios, por pensionamento, a pessoa que demonstre o grau de parentesco adequado e a relação de dependência econômica. Passemos a analisar o derradeiro ponto. A legitimidade para pedir, pois resta claro que a vítima ou seus dependentes jamais poderão deixar de serem indenizados pelos danos que lhes foram causados. Como já demonstrado esses prejuízos podem ser indiretos, como a morte ou a lesão de quem lhes provia o sustento.

No que tange aos familiares, garante-lhes ordem jurídica direito à indenização pelo dano decorrente de ato ilícito. Nesse sentido dispõe a Carta Magna de 1988, em seu artigo 5º inciso V, in verbis:



106

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

Em sede infraconstitucional prevê o Código Civil o direito à recomposição patrimonial através do estabelecimento de pensão mensal vitalícia equivalente à redução dos rendimentos auferidos periodicamente, conforme se infere do disposto no artigo Art. 1.537 inciso I do Código Civil.

Também a doutrina e jurisprudência são assentes quanto à necessária prevalência do princípio da restituição integral do ofendido ao seu status quo ante.

No caso, de se perceber que a vítima contribuía firmemente para o sustento dos genitores com os proventos de seu trabalho, vez que seus pais são analfabetos, sendo a genitora do falecido, desempregada. Por sua vez, seu pai, segundo consta dos autos, passou a sofrer de problemas psicológicos após o malfadado ocorrido. Com o óbito de seu filho, tiveram os Requerentes substancial redução da renda familiar, fator este determinante de ainda maiores privações.

Nada obstante ausência de comprovação do interesse de pedir alimentos por parte dos colaterais arrolados nos autos, impõe-se, por dever de cautelar, a atribuição de alimentos provisionais para recomposição da renda mensal familiar diminuída com a morte do Tiago Costa Braz, em favor de seus genitores, no valor de um salário mínimo, na proporção de cinquenta por cento para o pai e os outros cinquenta por cento para a mãe, conforme pedido subsidiário, enquanto transcorre a instrução processual no primeiro grau, com o intuito de salvaguardar o interesse dos citados recorrentes, pessoas as quais denotam estado de pobreza, comprovaram interesse e demonstraram a plausibilidade do pedido.

Também a jurisprudência tem consolidado o entendimento quanto ao direito ao pensionamento, conforme decisório abaixo, verbis:

APELAÇÃO CÍVEL - RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - ABALROAMENTO LATERAL ENVOLVENDO CAMINHÃO E BICICLETA - MANOBRA DE CONVERSÃO À DIREITA - INTERCEPTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DA CICLISTA QUE VINHA NO MESMO SENTIDO - CULPA PATENTEADA - DEVER DE INDENIZAR - RESSARCIMENTO DAS DESPESAS COM O FUNERAL - CABIMENTO - PENSÃO MENSAL DEVIDA - PRESUNÇÃO DA DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DA VÍUVA, E DAS FILHAS COM RELAÇÃO AO MARIDO E PAI (VÍTIMA) - DANOS MORAIS VERIFICADOS. RECURSO PROVIDO.

1 - As provas demonstram que o condutor do caminhão requerido realizou conversão à direita, de inopino, sem o devido cuidado, colhendo a vítima, que seguia regularmente pela mesma via pública, com sua bicicleta.

2 - Na indenização por dano material, compreendem-se as despesas com funeral, efetivamente comprovadas nos autos, nos termos do artigo 948, inc. I, do Código Civil.

3 - Comprovado que à época do evento danoso a vítima exercia atividade remunerada, somado às peculiaridades do caso concreto, possível presumir que auxiliava no sustento do lar, notadamente em se tratando de família de poucos recursos econômicos, fazendo jus os suplicantes ao recebimento de pensão mensal.

4 - Pacífico o cabimento de indenização por danos morais, e seu reconhecimento, in casu, não demanda comprovação, já que presumidos, traduzindo-se no enorme sofrimento a que foram submetidos os autores pela perda abrupta e prematura do marido e pai.

(Processo: AC 7562370 PR 0756237-0 Relator(a): Luiz Lopes Julgamento: 07/04/2011. Órgão Julgador: 10ª Câmara Cível. Publicação: DJ: 624)

[Assinatura]



167

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

A respeito da concessão de tutela antecipada, o STJ:

TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. DEFERIMENTO LIMINAR.

1. Ainda que possível, em casos excepcionais, o deferimento liminar da tutela antecipada, não se dispensa o preenchimento dos requisitos legais, assim a 'prova inequívoca', a 'verossimilhança da alegação', o 'fundado receio de dano irreparável', o 'abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu', ademais da verificação da existência de 'perigo de irreversibilidade do provimento antecipado', tudo em despacho fundamentado de modo claro e preciso.

2. Omissis.

(STJ - Recurso Especial nº 131.853 S/C - 3ª Turma - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito)

Considerando os fatos e elementos constantes dos autos **VOTO** pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do recurso, com o fim de atribuir **EFEITO ATIVO** à decisão recorrida, **CONCEDENDO** o pedido subsidiário de alimentos provisórios em favor dos genitores do falecido, na proporção de cinquenta por cento para cada um, do montante de um salário mínimo vigente, contados a partir da presente decisão, tendo em vista o caráter meramente antecipatório e instrumental desta concessão, conforme o pleito subsidiário, e, por fim, constituindo a obrigação da Empresa agravada em custear as despesas médicas e tratamento de saúde do genitor do falecido, no que diz às decorrências psicológicas e seus desdobramentos do fato jurídico gerador da demanda, ficando mantida a disposição que denegou o pedido de alimentos provisórios em favor dos colaterais, haja vista ausência de comprovação de relação de dependência econômica que milite em favor destes sujeitos.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 18.06.2014.


Itabira de Brito Filho
Desembargador Relator